

An illustration on a blue background shows two hands. The top hand is placing a gold coin with a dollar sign into a stack of gold coins held by the bottom hand. A yellow wavy line is in the top left corner.

Rendimento de todas as fontes em Sergipe

PNAD Contínua 2020

Apresentação

O Observatório de Sergipe, órgão vinculado à Secretaria de Estado Geral do Governo (SEGG), por meio da presente Nota Técnica, busca conhecer a situação atual de renda dos sergipanos, elemento que contribui diretamente na sua qualidade de vida.

Utilizando-se dos dados da pesquisa PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, esta publicação tem o intuito de explorar os dados que dizem respeito à Sergipe, contribuindo para uma melhor compreensão da distribuição dos rendimentos do estado.



Resultados



População residente com rendimento

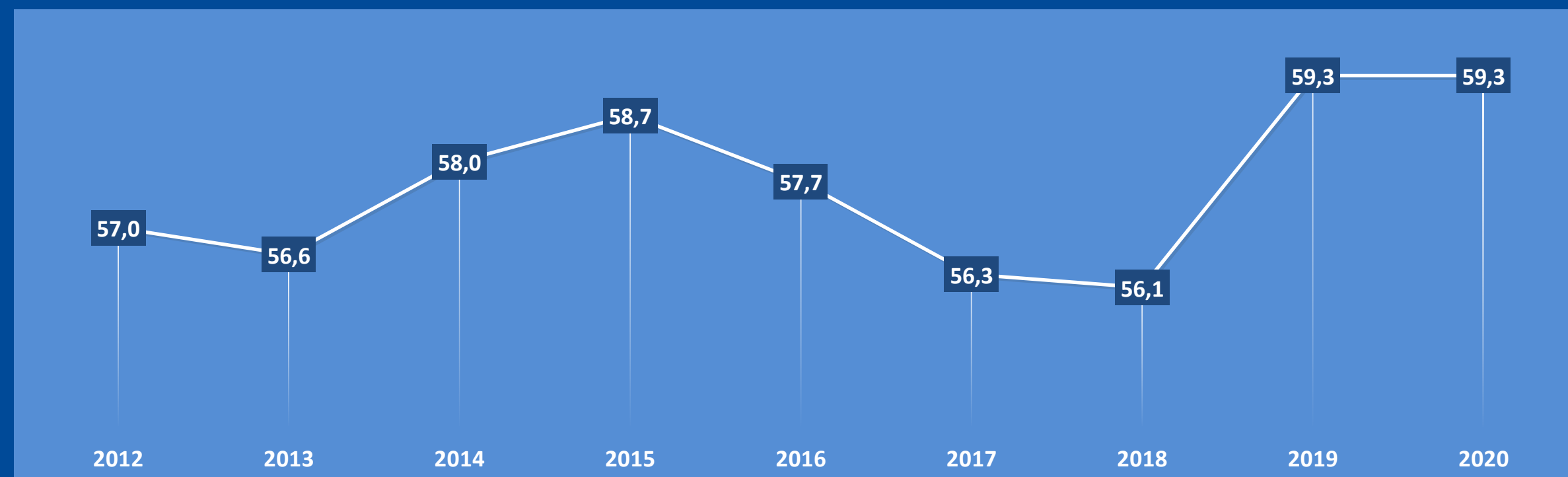


59% da população sergipana possuía algum tipo de rendimento



Em 2020, havia cerca de 2,3 milhões de pessoas residentes no estado, destes, 59,3% (cerca de 1,4 milhões de pessoas) possuíam algum tipo de rendimento, mesmo percentual de 2019. Percentual inferior ao do Brasil (61,0%) e superior ao Nordeste (57,3%). No ranking nacional, o estado tem o 14º maior percentual da população com algum tipo de rendimento. Em relação aos estados Nordeste, Sergipe tem o 2º maior percentual, ficando atrás de Piauí (59,8%).

Gráfico 1: Percentual de pessoas com rendimento na população residente – Sergipe – 2012 - 2020

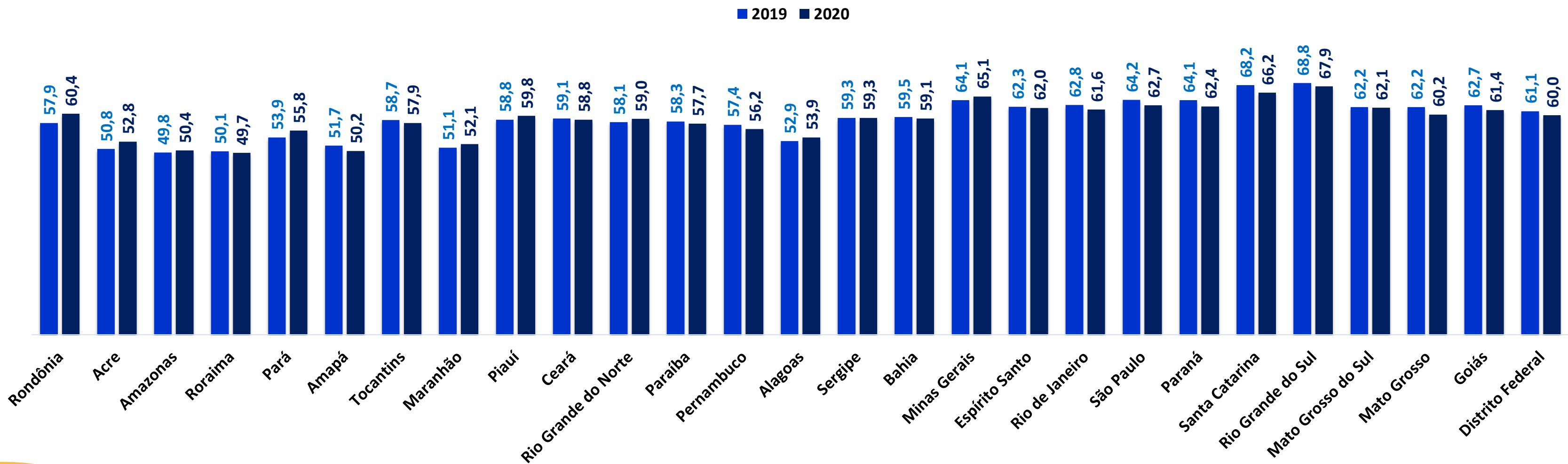


BR > 14º

NE > 2º

Entre as Unidades Federativas, Rio Grande do Sul (67,9%) e Santa Catarina (66,2%) apresentaram as maiores estimativas, enquanto Roraima e Amapá, as menores (49,7 % e 50,2%, respectivamente). Na comparação com 2019, em 17 das 27 unidades federativas houve redução desse percentual. A maior queda foi pontuada por Santa Catarina e Mato Grosso (-2,0 p.p, ambas). Entre os que tiveram aumento, estão Rondônia (2,5 p.p.) e Acre (2,0 p.p.).

Gráfico 2: Percentual de pessoas com rendimento na população residente – Unidades Federativas – 2019/2020



Fonte: IBGE – Pnad Continua – Rendimentos de todas fontes. Elaboração: Observatório de Sergipe.

Distribuição das pessoas por tipo de rendimento recebido

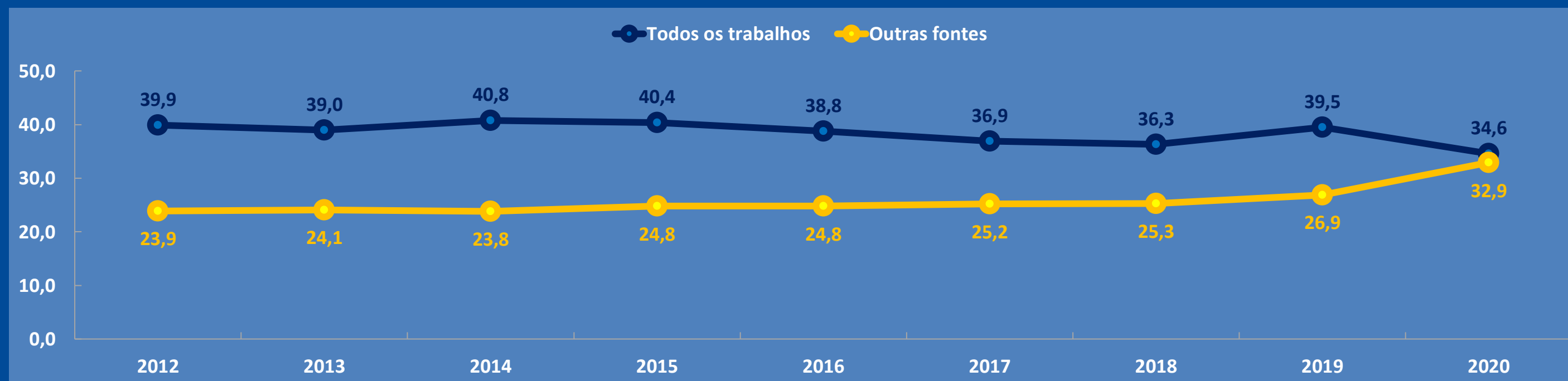


Rendimento de trabalho perde participação na renda total



Em 2020, o contingente de pessoas que possuíam rendimento de todos os trabalhos correspondia a 34,6% da população residente (803 mil), frente a 39,5% (908 mil) em 2019. Por outro lado, 32,9% dos residentes (763 mil) possuíam algum rendimento proveniente de outras fontes em 2020, enquanto, em 2019, essa estimativa era de 26,9% (619 mil). A tendência de aumento do peso do rendimento de outras fontes e redução da parcela correspondente ao rendimento do trabalho, observada entre 2019 e 2020, ocorreu em todas as unidades federativas, exceto Santa Catarina (apesar da redução da parcela correspondente ao rendimento do trabalho, houve estabilidade no rendimento de outras fontes). Esse aumento na renda de outras fontes é decorrente em boa medida à expansão dos programas de transferência no primeiro ano de pandemia de covid-19.

Gráfico 3: População residente com rendimento, por tipo de rendimento (%) – Sergipe – 2012 - 2020



A proporção de pessoas que tinham outros rendimentos chegou a 19,0% em 2020

Dentre os rendimentos de outras fontes o maior percentual de recebimento fica por conta de outros rendimentos (categoria que inclui seguro-desemprego/seguro-defeso, programas sociais do governo, rendimentos de poupança etc.), com 19,0% da população residente ou 440 mil pessoas, seguida pela categoria aposentadoria ou pensão, com 10,9% da população ou 253 mil pessoas. Com percentuais bem menores, há as categorias pensão alimentícia, doação ou mesada de não morador (3,6%) e de aluguel e arrendamento (1,1%).



APOSENTADORIA E PENSÃO

10,9%



ALUGUEL E ARRENDAMENTO

1,1%



PENSÃO ALIMENTÍCIA, DOAÇÃO
E MESADA DE NÃO MORADOR

3,6%



OUTROS RENDIMENTOS

19,0%

Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento



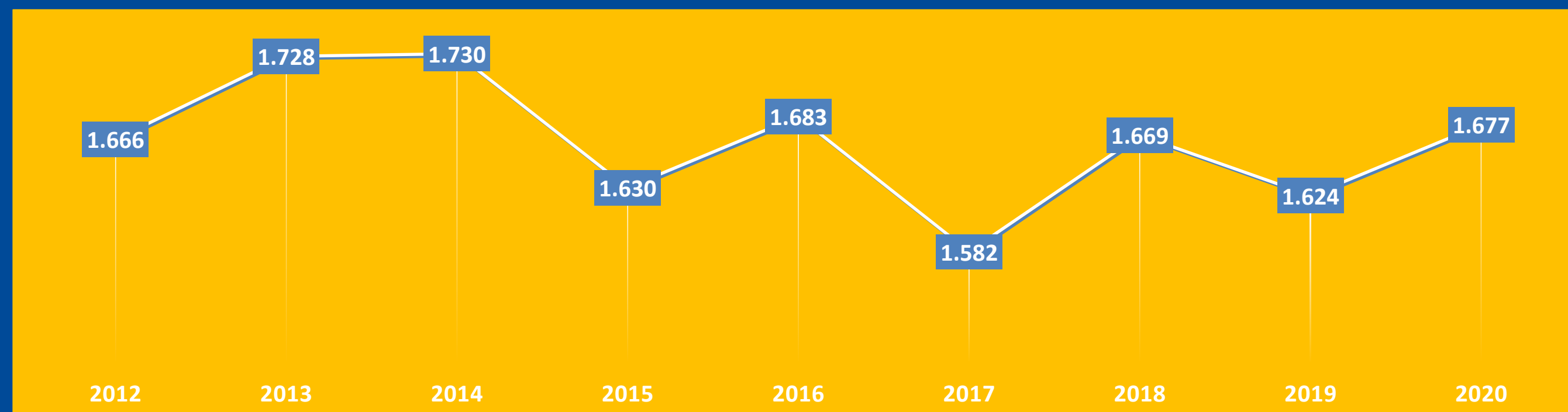
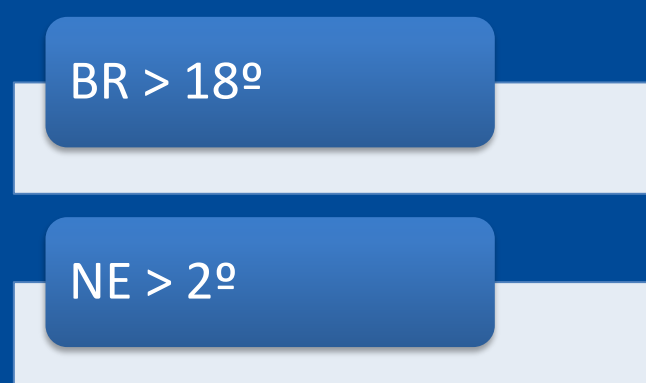
Rendimento de todas as fontes subiu 3,3% em 2020



De todas as fontes

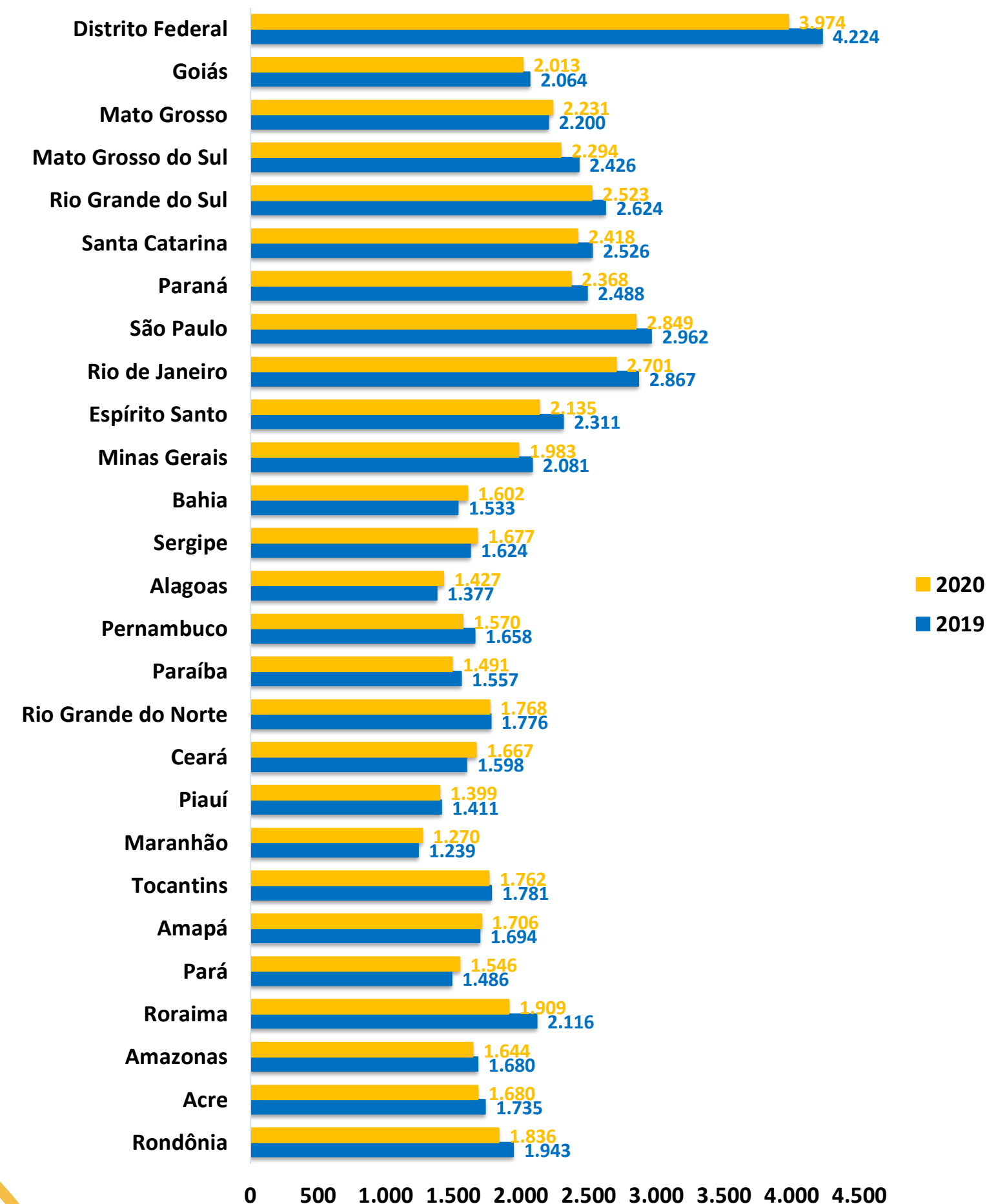
De 2012 a 2013, o rendimento médio real de todas as fontes teve crescimento de cerca de 3,8% (de R\$ 1 666 para R\$ 1 730). Em 2015, contudo, a estimativa sofreu queda de 5,8% e passou a ser de R\$ 1 630. A partir de 2016 vem sofrendo flutuações, até atingir seu menor valor em 2019, de R\$ 1 624. Em 2020, o valor estimado aumentou para R\$ 1 677, o que representou ganho de 3,3%. Rendimento inferior ao do Brasil (R\$ 2 213) e superior ao do Nordeste (R\$ 1 554). Na região Nordeste, Sergipe tem o segundo maior rendimento, ficando atrás apenas do Rio Grande do Norte R\$ 1 768).

Gráfico 4: Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento de todas fontes (R\$) – Sergipe – 2012 - 2020



Fonte: IBGE – Pnad Continua – Rendimentos de todas fontes. Elaboração: Observatório de Sergipe.

Gráfico 5: Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento de todas fontes (R\$) – Unidades Federativas – 2019/2020



Fonte: IBGE – Pnad Continua – Rendimentos de todas fontes. Elaboração: Observatório de Sergipe.

O rendimento médio mensal real de todas as fontes se apresentou de maneira bastante distinta entre as unidades federativas: o Distrito Federal registrou o maior valor (R\$ 3 974), seguida por São Paulo (R\$ 2 849) e Rio de Janeiro (R\$ 2 701), enquanto os menores foram verificados no Maranhão (R\$ 1 270), Piauí (R\$ 1 399) e Alagoas (R\$ 1 427). De 2019 para 2020, a queda desse rendimento ocorreu em 19 das 27 Unidades Federativas. A maior queda foi observada em Roraima (-9,8%), seguida por Espírito Santo (-7,6%). Já Bahia (4,5%) e Ceará (4,3%) tiveram os maiores aumentos

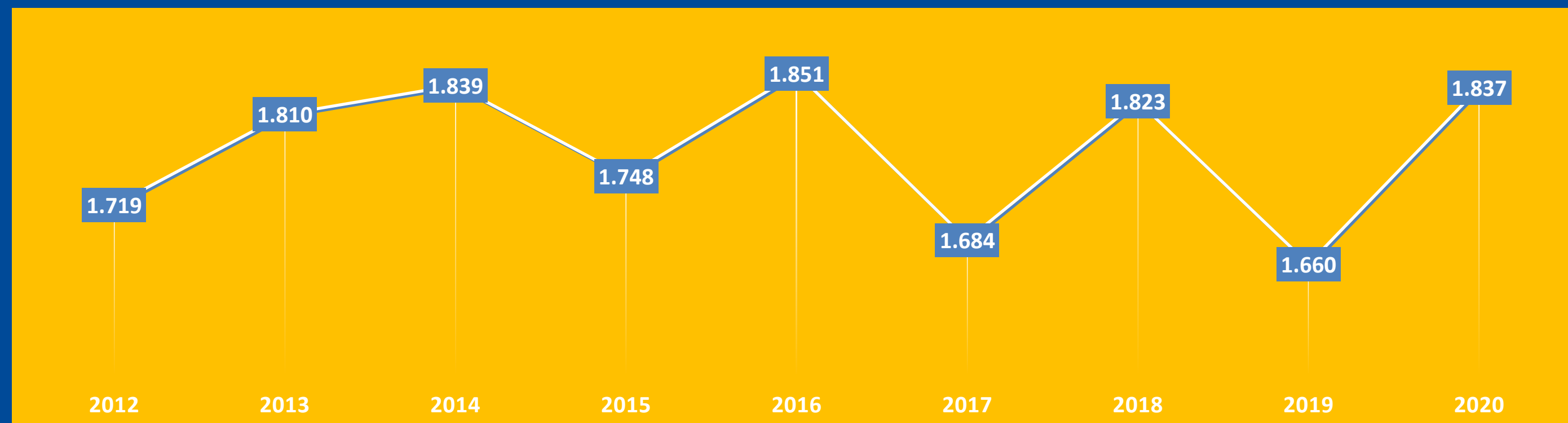
Rendimento de todos os trabalhos chegou a R\$ 1 837 em 2020



De todos os trabalhos

O rendimento médio mensal real habitualmente recebido de todos os trabalhos (calculado para as pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência) apresentou o valor de R\$ 1 837 em 2020. O valor é menor que a média do país (R\$ 2 447) e superior da região Nordeste (R\$ 1 751). Na comparação de 2019, quando a estimativa era de R\$ 1 660 (menor valor da série histórica), houve aumento de 10,7%.

Gráfico 5: Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento de todos trabalhos (R\$) – Sergipe – 2012 - 2020

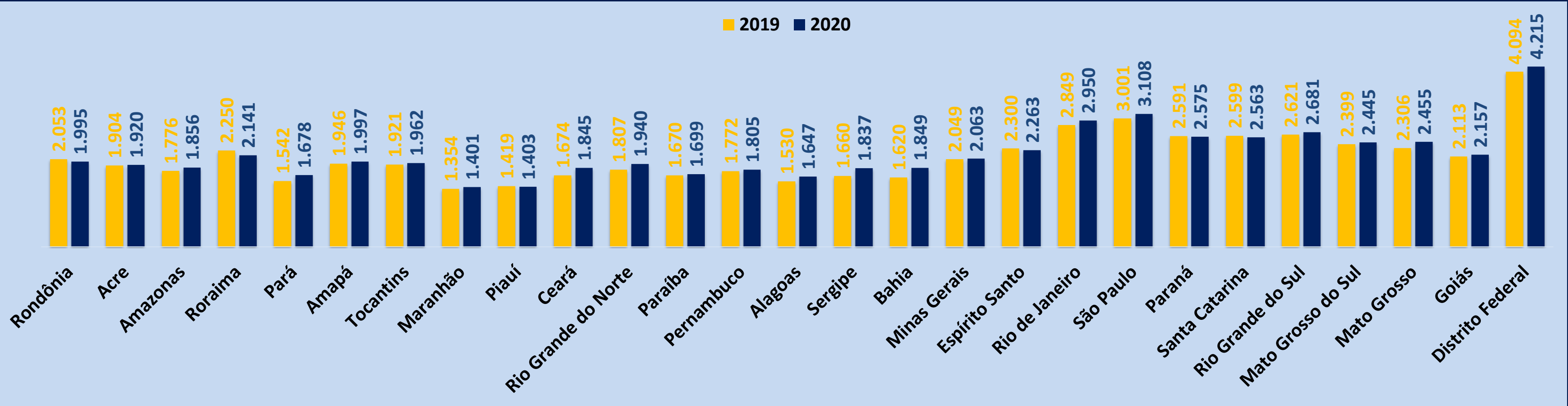


BR > 21º

NE > 4º

Assim como observado no rendimento de todas as fontes, Maranhão (R\$ 1 401), Piauí (R\$ 1 403) e Alagoas (R\$ 1 647) registraram os menores valores para o rendimento hab trabalho, ao passo que o Distrito Federal (R\$ 4 215), São Paulo (R\$ 3 108) e Rio de Janeiro (R\$ 2 950), os maiores. Em relação ao ano de 2019, esse tipo de rendimento cresceu em 23 das 27 Unidades Federativas, se destacando Bahia (14,1%), Sergipe (10,7%) e Ceará (10,2%). Entre as que tiveram variação negativas, Roraima (-4,8%), Rondônia (-2,8%) e Espírito Santo (-1,6%).

Gráfico 6: Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento de todos trabalhos (R\$) – Unidades Federativas – 2019/2020



O rendimento médio dos negros* por meio do trabalho é quase metade do que ganha um branco



O rendimento médio mensal, de todos os trabalhos, dos brancos é de R\$ 2 940, enquanto o de pretos é de R\$ 1 522 e pardos R\$ 1 575 – valores que representam 52 e 54%, respectivamente, da renda do branco. Tal diferença corresponde a um padrão que se repete, ano a ano, na série histórica disponível.

O rendimento médio mensal também apresentou diferenças entre o sexo, as mulheres têm rendimento médio mensal de todos os trabalhos no valor de R\$ 1 658, enquanto os homens, R\$ 1 962.



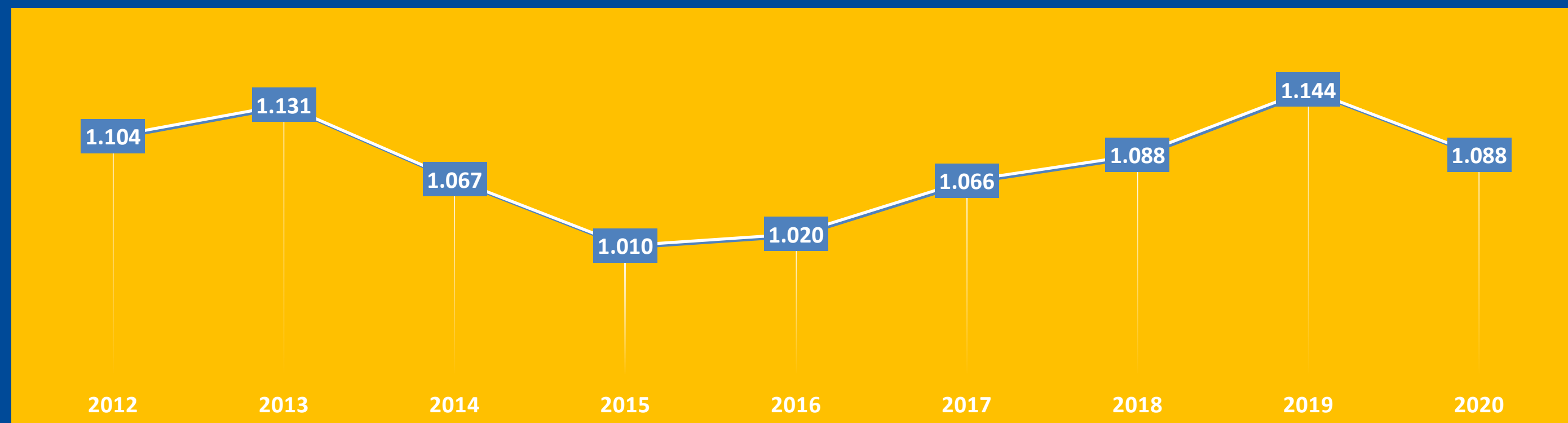
Rendimentos de outras fontes cai 4,9% em 2020



De outras fontes

Em 2020, o rendimento médio mensal real proveniente de outras fontes foi R\$ 1 088. No Brasil esse rendimento foi de R\$ 1 295 e no Nordeste, de R\$ 997. Na comparação com 2019, registrou queda, de 4,9%. O movimento de queda ocorreu em quase todas as unidades da federação, exceto Amapá (3,6%), Maranhão (3,0%) e Piauí (0,7%). A maior queda foi pontuada por Distrito Federal (-25,6%), seguida de Espírito Santo (-22,6%) e Rio de Janeiro (-22,7%).

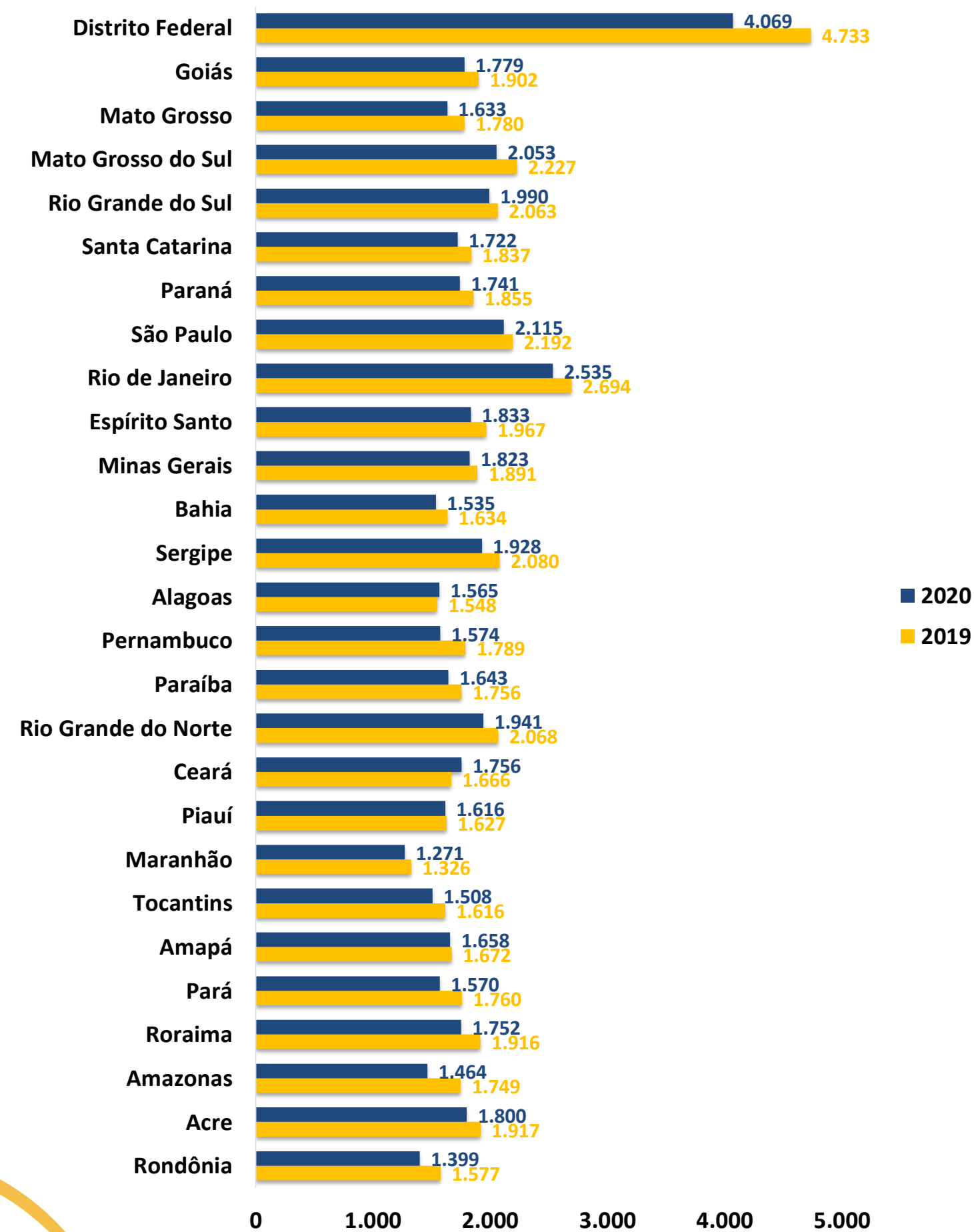
Gráfico 7: Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento de outras fontes (R\$) – Sergipe – 2012 - 2020



BR > 12º

NE > 2º

Gráfico 7: Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento de aposentadoria ou pensão (R\$) – Unidades Federativas – 2019/2020



Fonte: IBGE – Pnad Continua – Rendimentos de todas fontes. Elaboração: Observatório de Sergipe.

Dentre todas as categorias que compõem o rendimento proveniente de outras fontes, o item aposentadoria ou pensão manteve-se como o de maior média em 2020 (R\$ 1 928), mesmo com retração de 7,3% nesse ano. Em quase todas Unidades Federativas, a aposentadoria ou pensão também representava a categoria de maior valor, excerto Santa Catarina, Pernambuco e Roraima (aluguel e arrendamento se destacam). O valor variou de R\$ 1 271 no Maranhão e R\$ 4 069 no Distrito Federal. A perda de valor foi generalizada, alcançando 16,3% no Amazonas e 14,0% no Distrito Federal. Apenas Ceará (5,4%) e Alagoas (1,1%) apresentaram aumento em comparação com o ano anterior.

Os rendimentos provenientes de aluguel e arrendamento tiveram valor médio de R\$ 990, o menor da série histórica, desde 2012. E também apresentaram queda recorde em relação a 2019 (41,4%). A pensão alimentícia, doação ou mesada de não morador totalizavam, em média, R\$ 400, aumento de 12,0% no confronto com 2019.

Em 2020, as pessoas que declararam possuir “outros rendimentos”, além dos já citados, recebiam R\$ 642, em média. Esse valor representou crescimento de 84,5% em relação a 2019, aumento recorde desde o início da série histórica, que foi diretamente impactado pelo incremento das transferências de renda governamentais por conta da pandemia. É importante ressaltar o comportamento diverso desse rendimento nas Unidades Federativas em 2020. Sergipe e Maranhão tiveram ganhos expressivos, de 84,5% e 70,4%, respectivamente. No primeiro caso, o valor médio passou de R\$ 348 em 2019 para R\$ 642 em 2020; já no Maranhão foi de R\$ 358 para R\$ 620. Por outro lado, no Distrito Federal e Rio de Janeiro esse tipo de rendimento teve queda de 27,8% e 24,1%, nessa ordem.



Rendimento do trabalho



Com redução da população ocupada, massa de rendimento do trabalho cai 2,1%



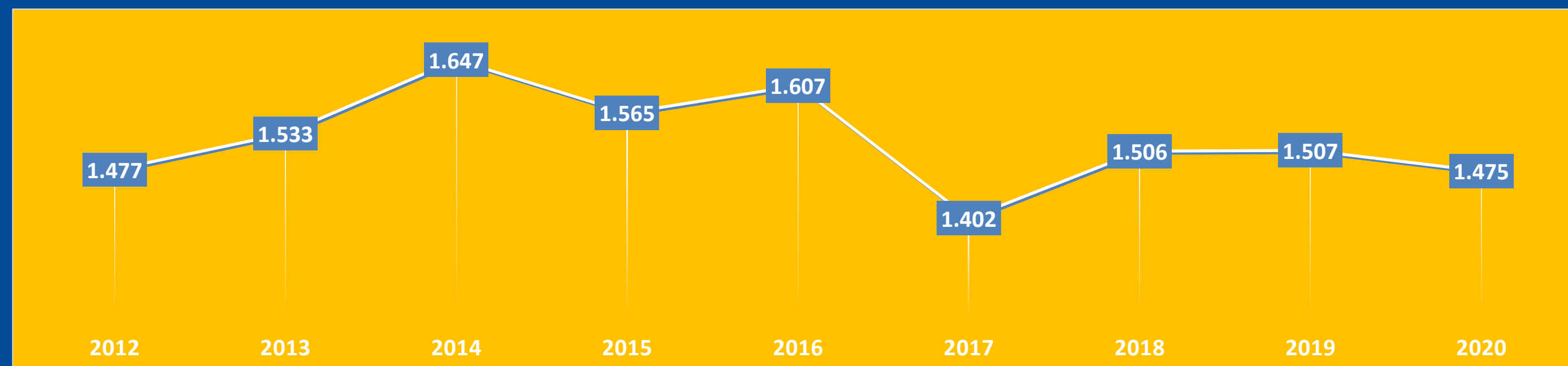
Massa de rendimento médio mensal real de todos os trabalhos da população ocupada

Em 2020, o rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos resultou em uma massa mensal de rendimento de aproximadamente R\$ 1,5 bilhões, 2,1% menor que a estimada para 2019. A massa de rendimento teve movimento de expansão entre 2012 e 2014, com posterior queda em 2015, recuperação em 2016. Em 2017 voltou a cair e recuperação de 5,2% entre 2017 e 2019, que foi interrompida em 2020 devido ao início da pandemia. Dentre os fatores que ajudam a explicar a queda da massa de rendimento do trabalho da população ocupada, entre 2019 e 2020, está a forte redução da população ocupada (queda de 11,6%), chegando ao menor contingente da série (803 mil pessoas).

Gráfico 8: Massa do rendimento mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, habitualmente recebido em todos os trabalhos, a preços médios do último ano (Milhões de Reais) - Sergipe – 2012 - 2020

BR > 23º

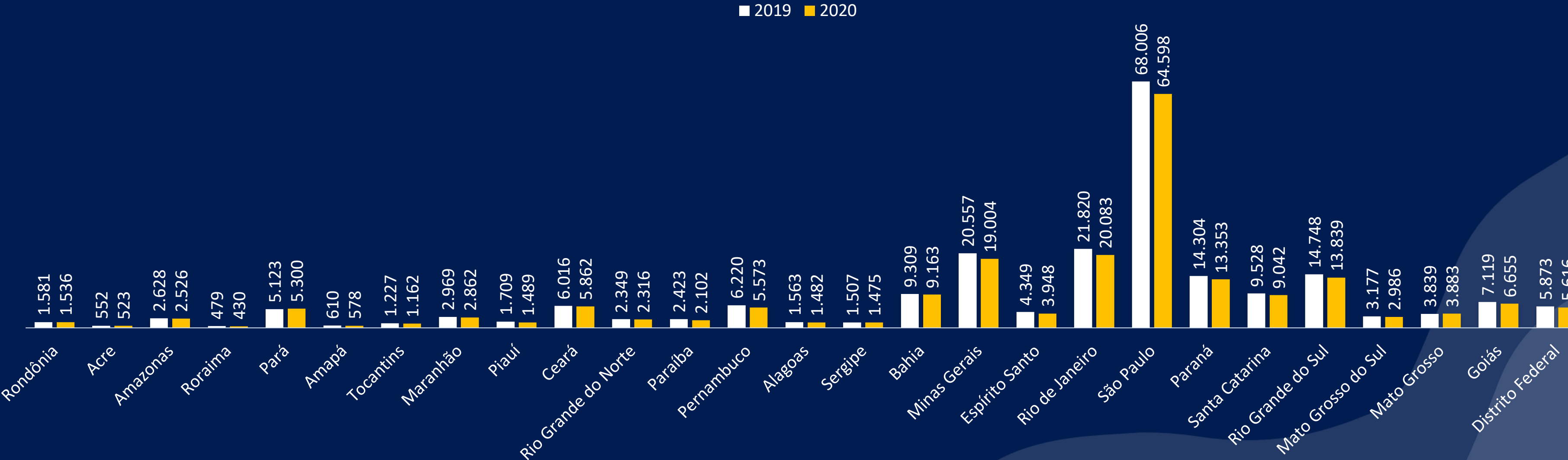
NE > 9º



Fonte: IBGE – Pnad Continua – Rendimentos de todas fontes. Elaboração: Observatório de Sergipe.

Entre a Unidades Federativas, no que diz respeito à massa mensal de rendimento, São Paulo continuou registrando a maior em 2020 (R\$ 64,6 bilhões), seguida pela Rio Janeiro (R\$ 20,1 b. A menor massa foi registrada pela Roraima (430,0 Milhões). Em 25 Unidades Federativas houve tendência de queda da massa de rendimento do trabalho entre 2019 e 2020, sobretudo Paraíba (13,2%) e Piauí (12,9%). Mato Grosso e Pará foram a únicas que apresentaram aumento na massa de rendimento, de 3,5% e 1,1%, respectivamente.

Gráfico 9: Massa do rendimento mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, habitualmente recebido em todos os trabalhos, a preços médios do último ano (Milhões de Reais) – Unidades Federativas – 2019/2020



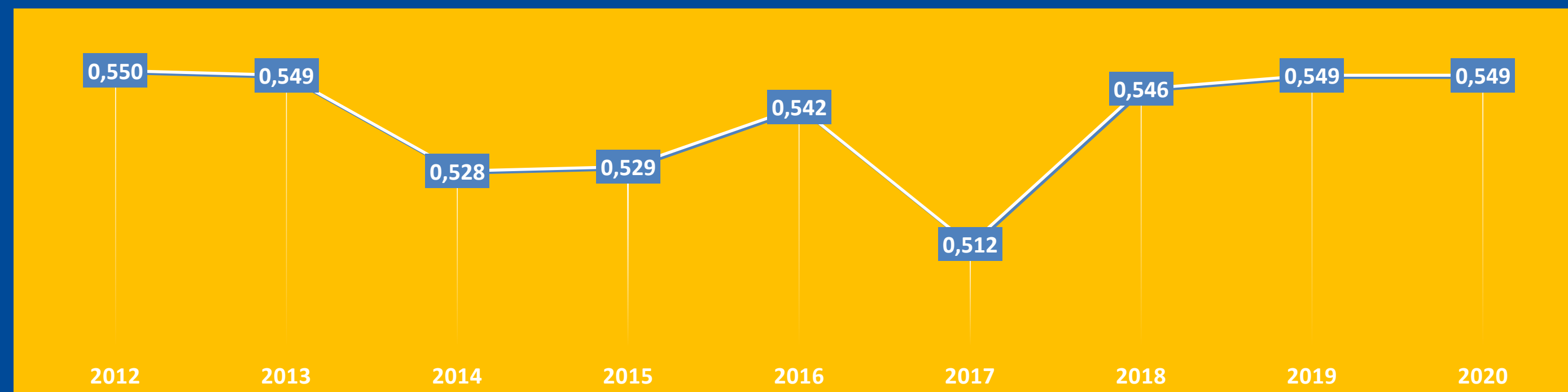
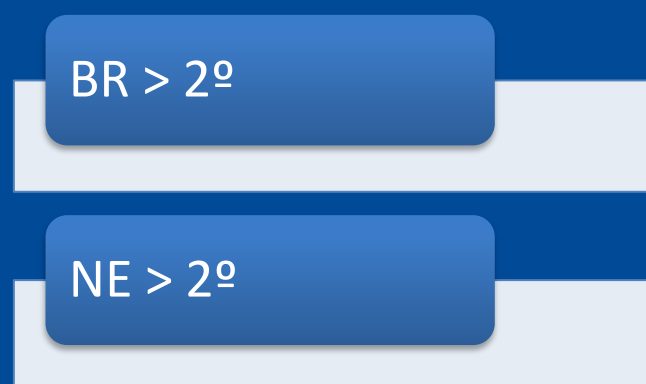
Distribuição do rendimento de trabalho é o segundo mais desigual no Brasil



Índice de Gini do rendimento médio mensal real recebido de todos os trabalhos

O Índice de Gini do rendimento médio mensal real habitualmente recebido de todos os trabalhos foi de 0,549 em 2020, o mesmo valor de 2019. Índice superior ao do país (0,500) e da região Nordeste (0,532). Entre 2012 e 2014 houve uma redução deste indicador, passando de 0,550 para 0,528. A partir de 2015, entretanto, o índice voltou a aumentar. Em 2017, contudo, a estimativa sofreu queda e passou a ser de 0,521, o menor valor da série histórica. E entre 2018 voltou a crescer. No ranking nacional, o estado tem o 2º maior índice, ficando atrás apenas da Bahia (0,557).

Gráfico 10: Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, habitualmente recebido em todos os trabalhos, a preços médios do ano - Sergipe – 2012 - 2020



Fonte: IBGE – Pnad Continua – Rendimentos de todas fontes. Elaboração: Observatório de Sergipe. Nota: O índice de Gini é uma medida de concentração de uma distribuição, e seu valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima).

Rendimento domiciliar per capita



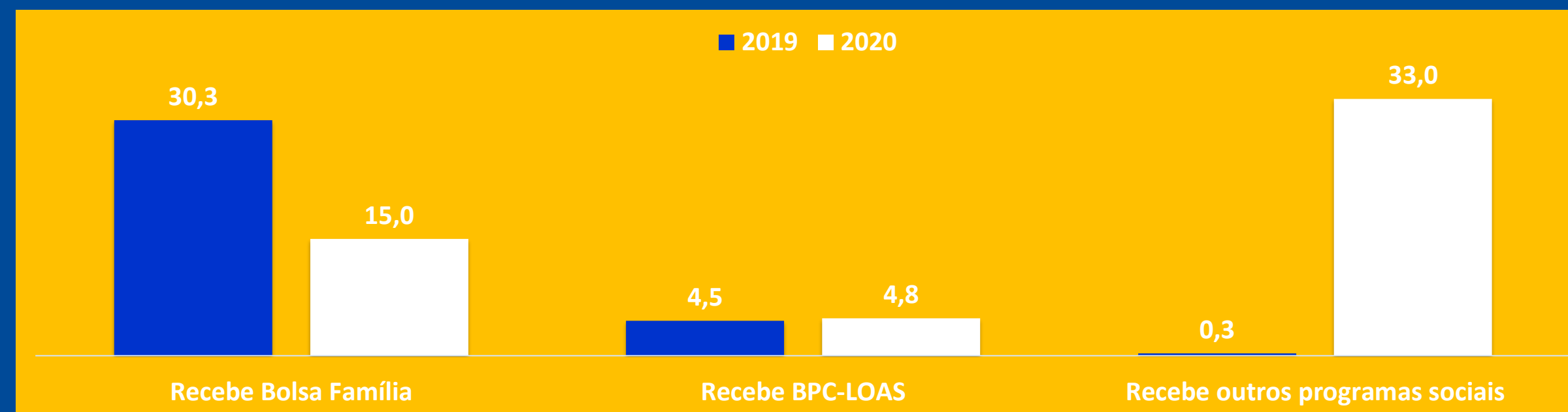
Cerca de 33% dos domicílios recebiam outros programas sociais em 2020



Programas sociais do governo

Devido à pandemia do novo coronavírus e à necessidade de distanciamento social, em 2020, o governo federal criou o auxílio emergencial, benefício destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados. Na Pesquisa, este benefício entrou na rubrica de outros programas sociais, estando presente em 33,0% dos domicílios do estado em 2020, ao passo que, em 2019, apenas 0,3% dos domicílios recebiam outro programa social do governo. Como parte dos beneficiários do Programa Bolsa Família passou a receber o auxílio emergencial, entre 2019 e 2020, houve redução da proporção de domicílios que recebiam tal benefício (de 30,3% para 15,3%). Já a proporção de domicílios que recebiam BPC-LOAS passou de 4,5% para 4,8% no período.

Gráfico 11: Distribuição percentual de Domicílios, por recebimento de rendimento de programa social e tipo de programa social- Sergipe – 2012 - 2020



Entre as Unidades Federativas, Maranhão e Piauí apresentavam as maiores proporções de domicílios que recebiam rendimento do Programa Bolsa Família, 18,2% e 16,3%, respectivamente. Em relação ao rendimento do BPC-LOAS, Amapá e Pará (7,0% e 5,7%, respectivamente) apresentaram as maiores proporções de domicílios que recebiam tal benefício. Já Piauí (38,7%) e Paraíba (38,6%) se destacaram com os maiores percentuais de domicílios que recebiam rendimento de outros programas sociais, sobretudo Auxílio emergencial.

O grande aumento da proporção de domicílios que recebiam outros programas sociais, entre 2019 e 2020, ocorreu em todas as unidades federativas, variando entre 8,7 p.p. (Santa Catarina) e 38,3 p.p. (Piauí).



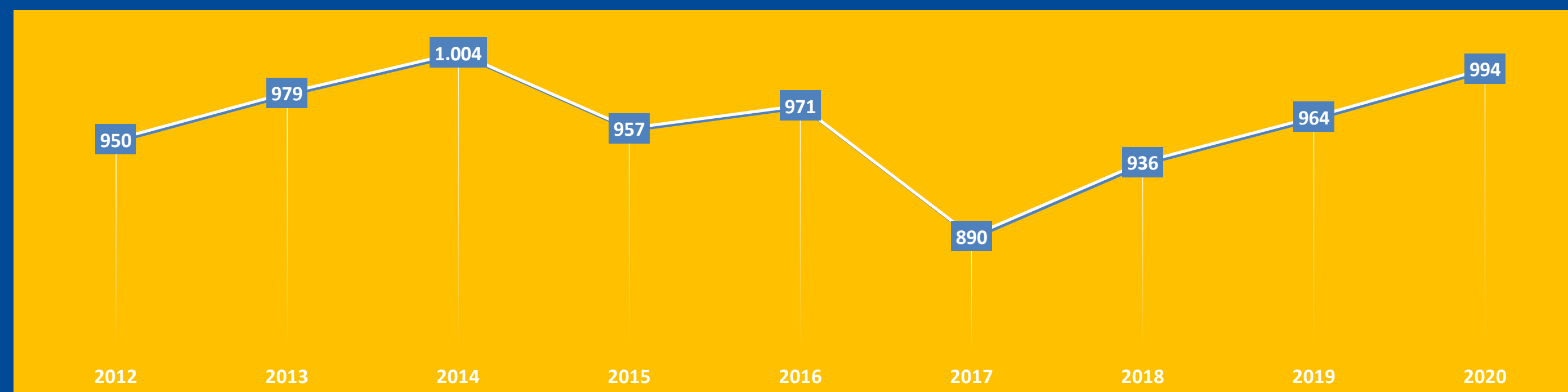
Rendimento domiciliar *per capita* aumenta 3,1% em 2020



Rendimento médio mensal real domiciliar per capita

O rendimento médio mensal real domiciliar per capita foi de R\$ 994, em 2020, 3,1% maior que o estimado em 2019 (R\$ 964). Rendimento inferior à média brasileira (R\$ 1 349) e superior à da nordestina (R\$ 891). No ranking regional, Sergipe tem o segundo maior rendimento domiciliar per capita, ficando atrás do Rio Grande do Norte (R\$ 1 045).

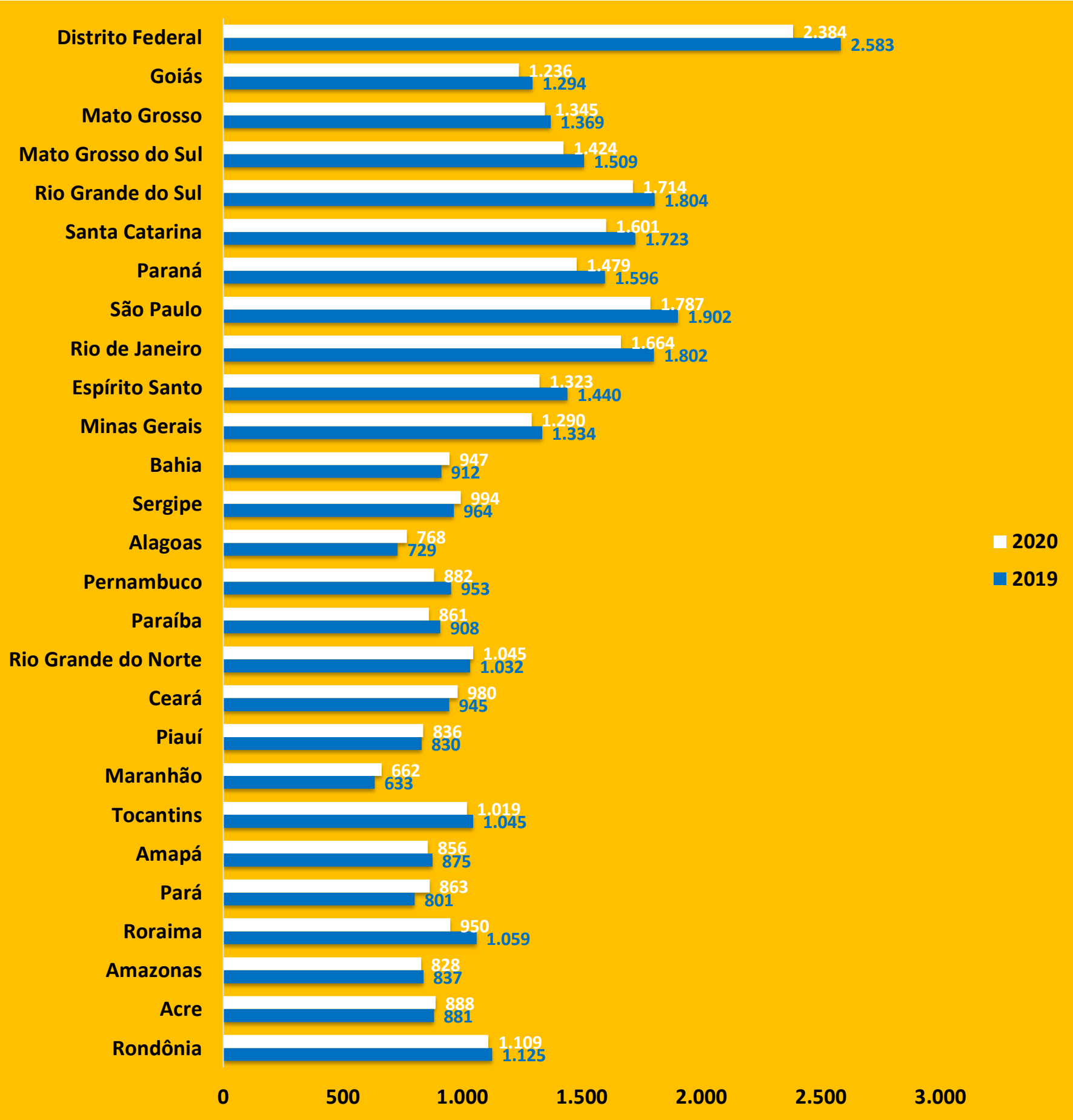
Gráfico 11: Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, a preços médios do último ano - Sergipe – 2012 - 2020



BR > 15º

NE > 2º

Gráfico 12: Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, a preços médios do último ano – Unidades Federativas – 2019/2020



Os estados do Maranhão e Alagoas apresentaram os menores valores (R\$ 662 e R\$ 768, nesta ordem). O Distrito Federal se manteve com o maior rendimento domiciliar per capita médio (R\$ 2 384), seguida por São Paulo (R\$ 1 787). Entre 2019 e 2020, houve redução do rendimento médio em 18 das 27 unidades federativas, com destaque para Roraima (-10,3%), Espírito Santo (-8,1%), Distrito Federal e Rio de Janeiro (-7,7%, ambas). Já entre os estados que tiveram aumento destacam-se Pará (7,7%), Alagoas (5,3%), Maranhão (4,6%) e Bahia (3,8%).

Fonte: IBGE – Pnad Continua – Rendimentos de todas fontes. Elaboração: Observatório de Sergipe.

O rendimento médio mensal real domiciliar per capita era diferenciado quando comparados os domicílios que recebiam ou não algum programa de transferência de renda, especialmente quando o benefício era o Bolsa Família. O rendimento médio mensal real domiciliar per capita nos domicílios que recebiam o Programa Bolsa Família foi de R\$ 362 em 2020, e naqueles que não recebiam foi de R\$ 1 137. Para os domicílios que recebiam o BPC-LOAS o rendimento médio domiciliar per capita foi de R\$ 619 e para os que não recebiam, R\$ 1 016. Já nos domicílios que recebiam outros programas sociais o rendimento médio foi de R\$ 615, frente a R\$ 1 201 naqueles que não recebiam. Entre 2019 e 2020, aumentou o rendimento médio nos domicílios que recebiam algum programa social, excerto nos domicílios que recebiam o BPC-LOAS (-1,4%).

Tabela 1: Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, a preços médios do último ano, por recebimento de rendimento de programa social e tipo de programa social – Sergipe – 2012 - 2020

Recebimento de rendimento de programa social e tipo de programa social	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Recebe Bolsa Família	363	369	388	371	332	307	307	316	362
Não recebe Bolsa Família	1.356	1.377	1.398	1.307	1.298	1.186	1.265	1.352	1.137
Recebe BPC-LOAS	587	603	699	576	658	586	608	628	619
Não recebe BPC-LOAS	966	996	1.020	973	988	902	954	981	1.016
Recebe outros programas sociais	401	502	580	652	803	489	633	546	615
Não recebe outros programas sociais	960	990	1.011	960	972	893	937	965	1.201

Fonte: IBGE – Pnad Continua – Rendimentos de todas fontes. Elaboração: Observatório de Sergipe.

Indicadores de concentração de rendimento



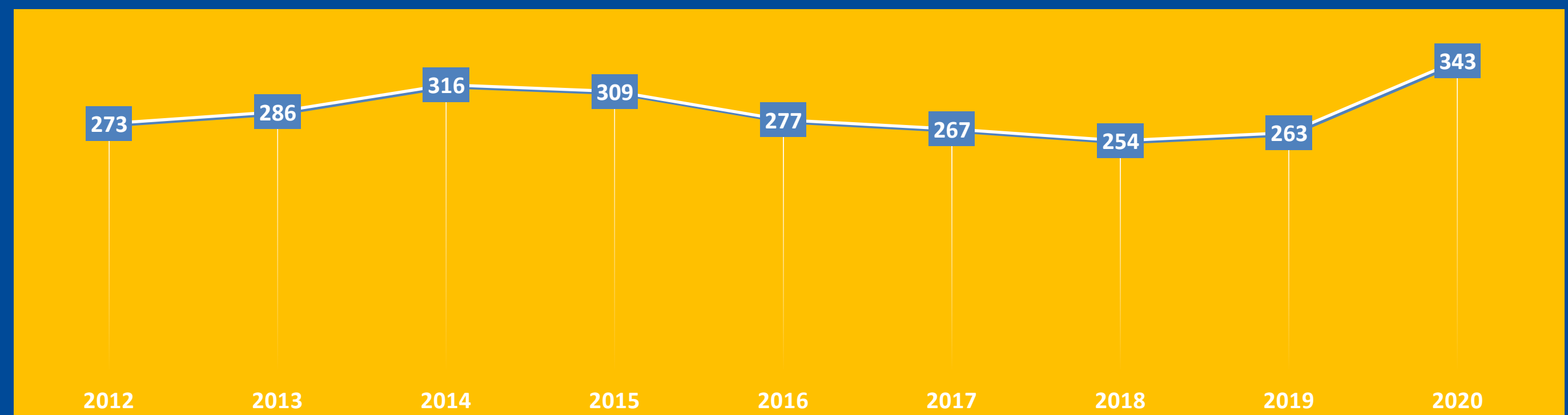
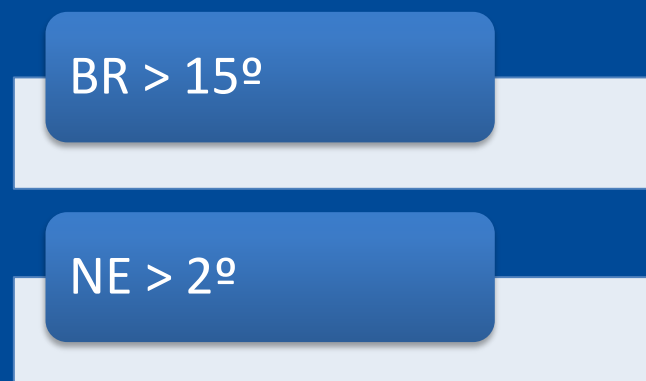
Rendimento dos 50% mais pobres aumenta 30,4% em relação a 2019



Rendimento médio mensal real domiciliar per capita dos 50% da população com menores rendimentos

Quando observada a estratificação em classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar *per capita* em 2020, metade da população com menores rendimentos recebeu R\$343, em média, crescimento de 30,4% frente a 2019 (R\$263). Rendimento inferior à média brasileira (R\$ 453) e superior à da nordestina (R\$ 301). No ranking regional, Sergipe tem o segundo maior rendimento domiciliar per capita, ficando atrás do Rio Grande do Norte (R\$ 362).

Gráfico 13: Rendimento médio mensal real domiciliar per capita dos 50% da população com menores rendimentos (R\$) - Sergipe – 2012 - 2020



Fonte: IBGE – Pnad Continua – Rendimentos de todas fontes. Elaboração: Observatório de Sergipe.

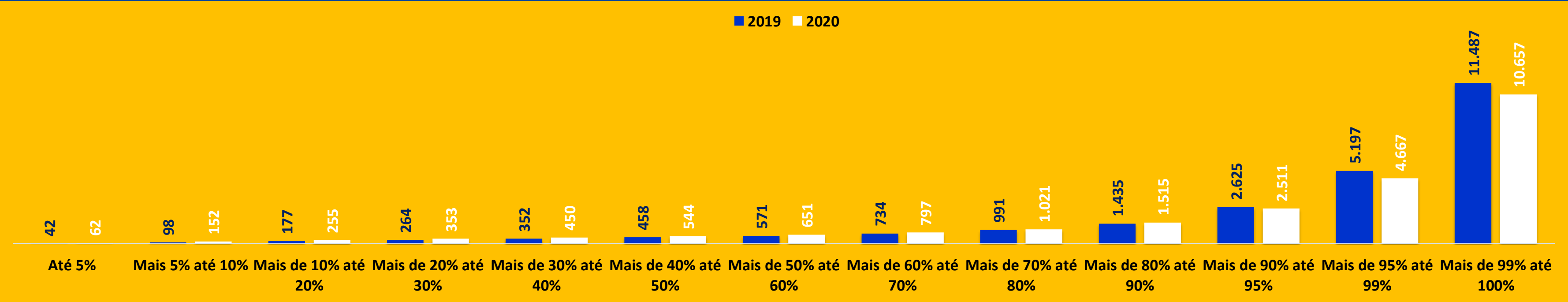
Renda do 1% melhor remunerado é 31 vezes o rendimento dos 50% que ganham menos



Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento

Na comparação entre 2019 e 2020, houve aumento do rendimento domiciliar per capita médio nas classes de rendimento da primeira metade da distribuição, principalmente nas classes de até 5% (47,6%) mais de 5% até 10% (55,1%) e de mais de 10% até 20% (44,1%). A partir da classe de mais de 90% até 95% o rendimento domiciliar per capita médio começa a se reduzir no período. A análise da concentração de renda por meio da distribuição das pessoas por classes de rendimento domiciliar per capita mostrou, em 2020, as pessoas que faziam parte do 1% da população com rendimentos mais elevados tinham rendimento domiciliar *per capita* de R\$ 10.657. Esse valor é 31,1 vezes o rendimento da metade da população com os menores rendimentos (R\$343). Em 2019, essa diferença foi a maior da série histórica (42,3 vezes).

Gráfico 13: Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento (R\$)- Sergipe – 2019/2020



Fonte: IBGE – Pnad Continua – Rendimentos de todas fontes. Elaboração: Observatório de Sergipe.

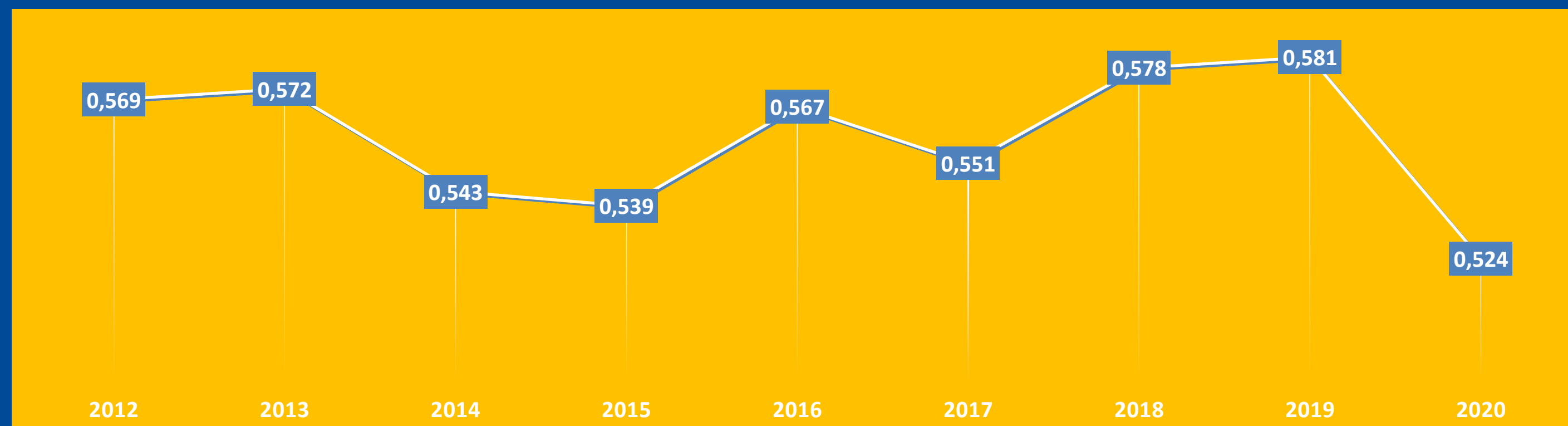
O índice de Gini caiu em 2020



Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita

O índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, que mede concentração de renda e desigualdade econômica, passou de 0,581, em 2019, para 0,524, em 2020. Essa foi a maior queda da série histórica do indicador. O índice foi igual ao do país (0,524) e inferior ao Nordeste (0,526). Quanto mais próximo de zero, maior a igualdade de renda entre a população do país. Houve uma tendência de redução do índice entre 2013 (0,572) e 2015 (0,539), mas em 2016 voltou a crescer (0,567) e atingiu o maior valor da série em 2019 (0,581).

Gráfico 13: Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita, a preços médios do ano - Sergipe – 2012 - 2020

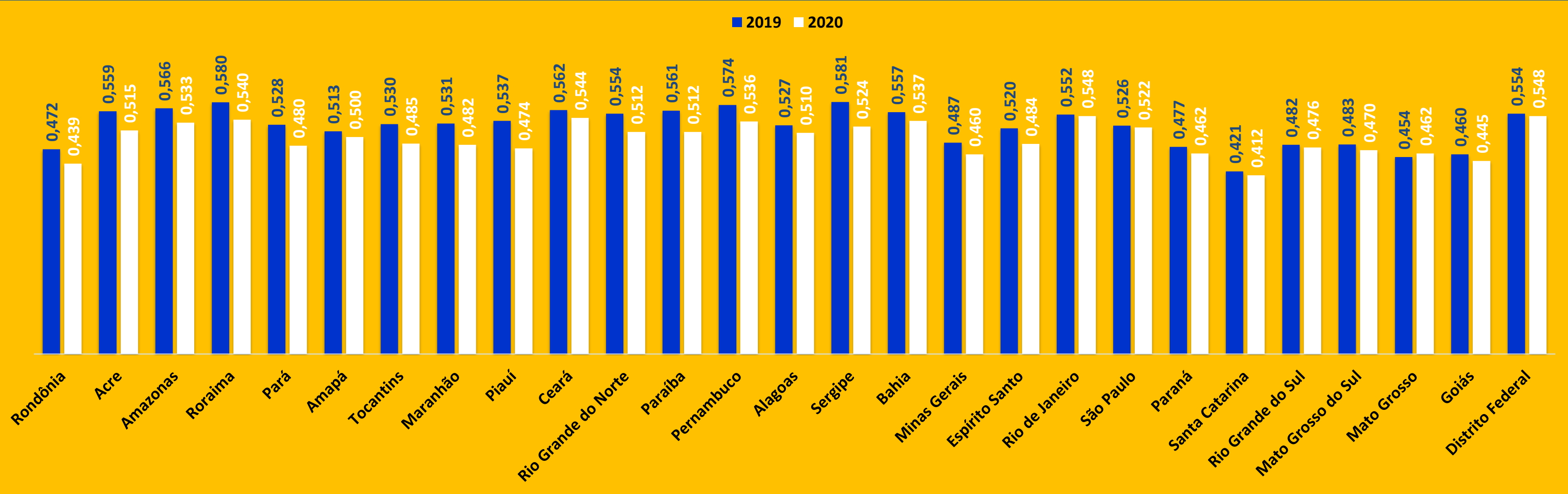


BR > 8º

NE > 4º

Entre as Unidades Federativas, o maior índice foi pontuado por Rio de Janeiro e Distrito Federal (0,548, ambas). Em contraposição, Santa Catarina (0,412) registrou o menor índice, seguida por Rondônia (0,439). Na comparação com 2019, a desigualdade medida pelo Gini se reduziu em 26 das 27 unidades da federação, com destaque para Piauí (-0,067) e Sergipe (-0,057). Já Mato Grosso (0,008) foi a única que houve aumento na desigualdade.

Gráfico 13: Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita, a preços médios do ano – Unidades Federativas – 2019/2020



Fonte: IBGE – Pnad Continua – Rendimentos de todas fontes. Elaboração: Observatório de Sergipe.

CONCLUSÕES

2020 foi um ano atípico e isso se refletiu diretamente na renda e sua distribuição na vida do brasileiro e do sergipano. O advento da pandemia de covid-19 exigiu um esforço de estímulos econômicos sem precedente nas décadas recentes para se socorrer as vítimas sociais e econômicas da retração econômica que assolou o mundo e o Brasil. Os programas sociais de transferência de renda foram a principal ferramenta adotadas pelo Governo Federal e estaduais para reduzir o impacto negativo na renda das pessoas causado pela paralização das atividades econômicas. Em Sergipe, por exemplo, o montante inserido na economia local por programas de transferência de renda foi de cerca de R\$ 3,7 bilhões, o que corresponde a cerca de 9% do Produto Interno Bruto (PIB) sergipano*. Essa injeção de renda, como indicou o presente estudo, teve um impacto enorme e atípico, dado seu montante extraordinário, no incremento da renda média das pessoas, principalmente das camadas mais pobres, o que resultou na diminuição da pobreza e da desigualdade. Os dados do IBGE mostraram que sem o auxílio dessas transferências governamentais, a pobreza e a desigualdade social aumentariam consideravelmente em 2020.

Fonte: IBGE – Pnad Continua – Rendimentos de todas fontes. Elaboração: Observatório de Sergipe.

* Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal; IBGE; Tesouro Nacional; Min. da Cidadania; Min. da Economia, Sec. Esp. de Previdência . Coletado por IMESC/ MA.

CONCLUSÕES

Nessa linha, alguns dos destaque do estudo foram:

- 59% da população sergipana possuía algum tipo de rendimento em 2020, sendo que o rendimento médio real de todas as fontes aumentou para R\$ 1 677, o que representou ganho de 3,3% em relação a 2019;
- Em 2020, o contingente de pessoas com rendimento de trabalhos correspondia a 34,6% da população residente (803 mil), frente a 39,5% (908 mil) em 2019. Por outro lado, 32,9% dos residentes (763 mil) possuíam algum rendimento proveniente de outras fontes em 2020, enquanto, em 2019, essa estimativa era de 26,9% (619 mil);
- Dentre os rendimentos de outras fontes, o maior percentual de recebimento fica por conta de outros rendimentos (categoria que inclui seguro-desemprego/seguro-defeso, programas sociais do governo, rendimentos de poupança etc.) , com 19,0% da população residente ou 440 mil pessoas;
- O rendimento médio dos negros* por meio do trabalho é quase metade do que ganha um branco - dos brancos é de R\$ 2 940, enquanto o de pretos é de R\$ 1 522 e pardos R\$ 1 575 – valores que representam 52 e 54%, respectivamente, da renda do branco;
- Distribuição do rendimento de trabalho (índice de Gini) é o segundo mais desigual no Brasil (0,521);
- Rendimento dos 50% mais pobres aumenta 30,4% em relação a 2019, foi de R\$263 para R\$ 343.

Fonte: IBGE – Pnad Continua – Rendimentos de todas fontes. Elaboração: Observatório de Sergipe.

*Negro = população dos autodeclarados de cor/ etnia parda ou preta.

Secretaria de Estado Geral de Governo
Secretário
José Carlos Felizola Soares Filho

FICHA TÉCNICA

Superintendência Especial de Planejamento, Monitoramento e Captação de
Recursos – SUPERPLAN
Superintendente
Francisco Marcel Freire Resende

Observatório de Sergipe
Coordenador
Ciro Brasil de Andrade

Gerente de Estudos e Pesquisas
Michele Santos Oliveira Doria

Equipe Técnica
Isabel Maria Paixão Vieira
Hérica Santos da Silva